

DOI: 10.35621/23587490.v11.n1.p790-805

CICATRIZES INVISÍVEIS: UMA REVISÃO NARRATIVA SOBRE OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL

INVISIBLE SCARS: A NARRATIVE REVIEW ON THE IMPACTS OF DOMESTIC VIOLENCE ON CHILD AND ADOLESCENT DEVELOPMENT

Ana Maria de Sousa Andrade¹
Juliana Goldfarb de Oliveira²
Heloísa Cavalcante Lacerda³
Hilana Maria Braga Fernandes Abreu⁴

RESUMO: Introdução: A violência doméstica contra crianças e adolescentes constitui um grave problema de saúde pública. No Brasil, é uma prática alarmante e frequente, evidenciando a família enquanto principal fonte de agressão. Essa experiência adversativa corrobora para um comprometimento desenvolvimental desses sujeitos, trazendo riscos tanto à saúde física quanto mental, sendo ainda mais prejudicial por se tratar de um grupo vulnerável, subordinados, muitas vezes, aos seus agressores. A pesquisa faz-se necessária, visto que nem sempre as vítimas conseguirão entender ou verbalizar, caso estejam em situações de vulnerabilidade à sua integridade física e psicológica, destacando-se a importância para que os profissionais de psicologia, e demais profissionais que trabalham com o público em questão, possam se capacitar e dar voz a esta população, elaborando medidas de prevenção e enfrentamento, quebrando esses ciclos de violência. **Objetivo:** O trabalho objetiva identificar, através dos estudos dispostos na literatura, os impactos no desenvolvimento de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura narrativa. Foram utilizadas as bases de dados eletrônicas SciELO e LILACS, a partir dos descritores: “violência doméstica”, “experiências adversas da infância”, “desenvolvimento Infantil”, “desenvolvimento do adolescente” e “saúde mental”. Os estudos em Português-BR, publicados nos últimos 10 anos, e de acesso gratuito, foram utilizados neste trabalho, enquanto os critérios de exclusão fixaram-se em publicações não brasileiras, com

¹ Discente do Centro Universitário Santa Maria. E-mail: euanandrade@gmail.com.

² Docente do Centro Universitário Santa Maria. E-mail: 000799@fsmead.com.br.

³ Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM, e-mail: 000344@fsmead.com.br.

⁴ Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM, e-mail: heloisaacavalcante@gmail.com.

mais de 10 anos de publicação, e que não estavam disponíveis de forma gratuita. **Resultados:** Constata-se uma relação evidente entre a violência direcionada a crianças e adolescentes e os danos em seu desenvolvimento. Esses impactos ocasionam marcas profundas, que podem persistir até a vida adulta, resultando em consequências emocionais e comportamentais a longo prazo, como o surgimento de Transtornos Mentais Comuns. **Considerações finais:** A prática da violência doméstica contra crianças e adolescentes desempenha prejuízos significativos ao processo desenvolvimental desses sujeitos, que afeta não apenas a saúde física, mas também o bem-estar emocional, segundo apontam os estudos analisados neste trabalho. Destaca-se que, embora a família tenha a função protetiva e de cuidado dentro do lar, denota-se que grande parte da violência vivenciada pelo público infanto-juvenil ocorre dentro do ambiente familiar.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Experiências Adversas da Infância. Desenvolvimento Infantil. Desenvolvimento do Adolescente. Saúde Mental.

ABSTRACT: Introduction: Domestic violence against children and adolescents constitutes a serious public health issue. In Brazil, it is an alarming and frequent practice, with the family being the primary source of aggression. This adverse experience contributes to the developmental impairment of these individuals, posing risks to both their physical and mental health. It is even more detrimental due to the fact that this is a vulnerable group, often subordinated to their aggressors. Research is necessary since victims may not always be able to understand or verbalize their situation, especially when their physical and psychological integrity is at risk. This underscores the importance of training psychology professionals and other professionals working with this population to give a voice to these individuals and to develop prevention and intervention measures, breaking these cycles of violence. **Objective:** The aim of this study is to identify, through the literature, the developmental impacts on children and adolescents who are victims of domestic violence. **Methodology:** This is a narrative literature review. The electronic databases SciELO and LILACS were used, with the following descriptors: “domestic violence,” “adverse childhood experiences,” “child development,” “adolescent development,” and “mental health.” The study included Portuguese-BR articles published in the last 10 years and freely accessible, while the exclusion criteria were non-Brazilian publications, articles older than 10 years, and those not freely available. **Results:** “There is a clear relationship between violence directed at children and adolescents and the damage to their development. These impacts leave deep scars that can persist into adulthood, resulting in long-term emotional and behavioral consequences, such as the emergence of Common Mental Disorders. **Final considerations:** The practice of domestic violence against children and adolescents causes significant harm to their developmental processes, affecting not only physical health but also emotional well-being, as indicated by the studies analyzed in this work. It is important to highlight that, although the family has a protective and caregiving role within the home, a large portion of the violence experienced by the youth occurs within the family environment.

Keywords: Domestic Violence. Adverse Childhood Experiences. Child Development. Adolescent Development. Mental Health.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica experienciada por crianças e adolescentes constitui um problema grave e de saúde pública. Frequentemente, esses indivíduos são violados e silenciados dentro de seu próprio lar, espaço este que deveria ser de afeto e proteção (Levandowski *et al.*, 2021).

Segundo Jampersa e colaboradores (2023), a violência doméstica contra crianças e adolescentes é caracterizada pela presença de atos violentos que colocam em comprometimento o bem-estar e integridade física e psicológica. Por serem considerados um grupo vulnerável, estão mais suscetíveis a essas condições de violência, no qual seus agressores, em sua grande maioria, estão em uma posição de superioridade em relação a eles.

Fernandes e demais autores (2023) destacam o impacto da violência doméstica como uma experiência adversativa, que pode corroborar o comprometimento no desenvolvimento do sujeito, acarretando em prejuízos significativos à saúde mental infanto-juvenil.

A hipótese desta pesquisa parte do pressuposto de que a violência doméstica, experienciada por crianças e adolescentes, pode acarretar prejuízos significativos em seu percurso desenvolvimental, uma vez que, as vivências estabelecidas em um ambiente marcado pela violência, ocasionam danos psicológicos à saúde mental destes, aumentando a vulnerabilidade a transtornos psíquicos e outros agravos mentais que podem vir a surgir no futuro.

Durante o período da infância e adolescência, algumas ações dirigidas a esta população são estruturalmente enraizadas e naturalizadas em nossa sociedade, com os maus tratos físicos e psicológicos utilizados como medidas “educativas” e punitivas frente às atitudes dos pequenos que contrariam os desejos dos seus cuidadores, sem levar em consideração os prejuízos desenvolvimentais decorrentes dessas violações à integridade e saúde das crianças e dos adolescentes.

Este aporte acadêmico motivou o desenvolvimento deste trabalho, sendo importante ressaltar o interesse pessoal que a autora possui com o público infanto-juvenil. Por meio de vivências nos estágios de psicologia clínica no Serviço Escola de Psicologia de sua Instituição acadêmica, e em seu trabalho enquanto Acompanhante Terapêutica (AT) em uma clínica privada no sertão paraibano, foi evidenciada a importância de ambientes domésticos seguros e com afeto, para possibilitar o desenvolvimento destes.

Nessa perspectiva, o presente estudo objetivou investigar quais as repercussões no desenvolvimento infanto-juvenil são oriundas do processo de violência doméstica por meio dos estudos dispostos na literatura. Fez-se necessário compreender esse impacto, explorando as variações comportamentais e os agravos à saúde mental desses sujeitos, tornando-se fundamental para dar voz a um grupo que é constantemente silenciado e impossibilitado de acessar seus direitos enquanto cidadãos.

A partir de uma revisão narrativa da literatura, a busca dos aportes teóricos foi realizada por meio das bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Os estudos em Português-BR, publicados nos últimos 10 anos, e que sejam de acesso gratuito, serão utilizados neste estudo, sendo incluídos livros, teses, ensaios e dissertações que envolvam a temática, excluindo-se os que fogem desse padrão. Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) “violência doméstica”, “experiências adversas da infância”, “desenvolvimento Infantil”, “desenvolvimento do adolescente” e “saúde mental” nortearam esta pesquisa, para que a seleção dos achados estivesse em concordância com o tema abordado.

A relevância desse trabalho se justifica considerando que, diversas vezes, as vítimas de violência não conseguirão entender e, tampouco, verbalizar, caso estejam em situações de vulnerabilidade à sua integridade física e psicológica, urgindo a necessidade desta pesquisa, a partir de uma ótica da autora por meio de literaturas já dispostas e revisadas, a fim de entender quais aspectos podem ser supracitados decorrentes de uma violência física e psicológica contra crianças e adolescentes, para que os profissionais de psicologia e demais profissionais que trabalham com o público

em questão possam se capacitar e dar voz a esta população, elaborando medidas de prevenção e enfrentamento, quebrando esses ciclos de violência.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, do tipo revisão narrativa, no qual, segundo Rother (2007), são classificadas como obras abrangentes, que servem para descrever e/ou discutir, seja do ponto de vista teórico ou conceitual, o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um assunto em específico. Sua seleção de textos e/ou de artigos pode contribuir para atualização do conhecimento e levantamento de questões ao proporcionar debates de determinadas temáticas.

Em consonância a isso, a abordagem utilizada foi em uma perspectiva qualitativa, buscando descrever a problemática, explorando quais os impactos desenvolvimentais em crianças e adolescentes que são vítimas da violência doméstica. O procedimento de busca de informações realizado baseou-se em estudos que pudessem responder à pergunta norteadora “quais os prejuízos ao desenvolvimento infanto-juvenil são oriundos da violência doméstica?”.

Para isso, utilizou as bases de dados SciELO e LILACS a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “violência doméstica”, “experiências Adversas da infância”, “desenvolvimento Infantil”, “desenvolvimento do adolescente” e “saúde mental”, no qual selecionou-se, posteriormente, aqueles que melhor se associam ao tema. Os critérios de inclusão englobam trabalhos em português-BR, publicados nos últimos 10 anos, e disponíveis de forma gratuita. Por outro lado, os critérios de exclusão, que permearam este trabalho, foram as publicações que não respondessem a pergunta da pesquisa, não apresentassem como foco a violência contra crianças e adolescentes, ou que abordassem a temática de modo superficial. Dessa forma, foi realizada a leitura dos achados na íntegra e, posteriormente, sua seleção e discussão dos estudos que mais se adequaram aos objetivos e temática da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Violência Doméstica e Infância

O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 13 de Junho de 1990, propõe, por meio da Lei nº 8.069, proteção integral à criança e ao adolescente, assegurando em seu Art. 5º que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990).

Entretanto, segundo as pesquisas conduzidas por Pedroso e Leite (2021), a atual realidade vivenciada por crianças e adolescentes, em nossa sociedade brasileira, revela-se preocupante. Evidencia-se uma recorrência alarmante de violência, no qual a própria família frequentemente é identificada como a principal fonte de agressão. Este cenário perpetua um ciclo incessante de maus-tratos, impondo riscos à saúde e à qualidade de vida destes.

Nesse contexto, a residência familiar converte-se em um cenário propício para manifestação e perpetuação da violência, esvaecendo sua função enquanto ambiente de refúgio e proteção para os menores, favorecendo a impunidade dos agressores e o silenciamento das vítimas, as quais são obrigadas a conviverem com seus agressores (Pedroso; Leite, 2021).

Silva e outros (2023) caracterizam a violência como um desafio significativo de saúde pública, uma vez que afeta o sujeito nos mais diversificados âmbitos de sua vida, trazendo riscos à sua saúde tanto física quanto psíquica. Ademais, pode acarretar o pleno desenvolvimento humano, interferindo em suas relações sociais e de aprendizado. Nos casos mais extremos, verifica-se, ainda, a possibilidade desse fenômeno acarretar a morte das vítimas.

Nesse ínterim, a violência doméstica deve ser compreendida enquanto um evento complexo, influenciado por fenômenos culturais, demográficos e sociais que

estão em constante processo de transformação, os quais moldam as dinâmicas familiares. A violência doméstica é praticada em um espaço privado, no qual os parentes ou responsáveis pelas crianças e adolescentes exercem seu papel de autoridade disciplinar através dos abusos e opressões. Ou seja, essa prática deriva-se não apenas de uma relação de poder intrínseca à estrutura familiar, mas a todo um padrão cultural enraizado em nossa sociedade (Pinto; Cassepp-Borges; Santos, 2015).

As modalidades de violência cometidas contra crianças e adolescentes, segundo os estudos de Barcellos e demais autores (2021), ressaltam que as práticas de maus-tratos e violência são caracterizadas em quatro categorias, destacando-se a violência física, a negligência e a sexual. A violência psicológica, embora tenha sido menos abordada na literatura, exige maior acuidade por parte dos profissionais, uma vez que suas “marcas” são difíceis de se identificar por não serem tão evidentes ou pouco debatidas, tornando um desafio a identificação dessa forma de violência e sua consequente notificação às autoridades competentes.

A violência física evidencia-se como sendo aquela mais passível de ser identificada, uma vez que, em sua grande maioria, deixa marcas corporais visíveis. Essa prática de violência é frequentemente justificada como um modelo de educação amplamente naturalizado na sociedade, no qual os castigos físicos e corporais são justificados enquanto estratégias disciplinares e de cuidado (Pinto; Cassepp-Borges; Santos, 2015).

A negligência ocorre quando os responsáveis apresentam omissões em relação aos cuidados e necessidades básicas dos menores, como as educacionais, as de saúde, além de abandonos físicos e de higiene. As mães foram identificadas como a figura que mais praticam essa modalidade, podendo ser explicada pelo crescente número das mulheres enquanto únicas provedoras familiares. A ausência da figura paterna e o não cumprimento de suas responsabilidades, propicia uma responsabilidade adicional a essas mulheres e uma precarização das condições necessárias para sua sobrevivência, fatores estes que podem desencadear esse tipo de violência (Pinto; Cassepp-Borges; Santos, 2015).

Marcada por relações de desigualdade de gênero e geracionais de criação, a violência sexual é sinalizada como uma dentre as modalidades mais identificada nas

pesquisas realizadas por Barcellos e colaboradores (2021). Os autores descrevem que a cultura patriarcal presente em nossa sociedade possibilita a dominação do homem sobre a mulher, nesses casos, principalmente as mulheres crianças. Além disso, é possível que os conflitos adversativos vivenciados na infância, caso não resolvidos, persistam na vida adulta, operacionalizando uma ciclicidade de gerações que reproduzem tais comportamentos, ou seja, uma vítima pode, no futuro, tornar-se um agressor.

Desenvolvimento Infanto-Juvenil

O desenvolvimento infantil requer um estudo de forma integrada, que analise o contexto no qual a criança se insere. Esse processo dinâmico resulta da interação entre fatores biológicos e ambientais. Dessa forma, as variações no desenvolvimento infanto-juvenil podem estar relacionadas à forma a qual estas crianças e adolescentes estão expostas a fatores de riscos, os quais podem comprometer o desenvolvimento cognitivo e motor, além de causar disfunções comportamentais e linguísticas, impactando seu desenvolvimento global (Toquarto *et al.*, 2022).

De acordo com os estudos conduzidos por Veríssimo (2018), as interações na primeira infância possibilitam a ativação de sinapses neurais, definindo o desenvolvimento em seus aspectos emocionais e intelectuais. A ausência de estímulos e a presença de situações de estresse, além de fatores como baixa nutrição, ausência de afetos nas relações entre as crianças e seus cuidadores, dentre outros, podem acarretar em prejuízos significativos no desenvolvimento global.

Ao analisar o desenvolvimento infantil a partir do modelo bioecológico de desenvolvimento humano, o seu precursor Bronfenbrenner (1996) ratifica a importância do contexto social para compreensão dos fenômenos que impactam no desenvolvimento humano. Isto é, para que o desenvolvimento ocorra, a criança necessita de experiências construídas junto à sua família e comunidade, sendo um ser ativo nessas relações sociais (Marasca *et al.*, 2023).

A base dessa teoria pauta-se em quatro componentes, sendo eles: processo, pessoa, contexto e o tempo. O processo diz respeito à forma como o indivíduo interpreta seu momento de vida atrelado às recíprocas interações com as pessoas, os símbolos e objetos presentes em seu ambiente. Para serem efetivas, necessitam ocorrer de forma regular e por bastante tempo, a qual denominam-se processos proximais, os quais produzem mecanismos primários ao desenvolvimento humano. A pessoa refere-se à forma com a qual o sujeito responde aos estímulos do seu contexto, a partir de suas crenças e sua forma de pensar (Dadalto; Rosa, 2015).

Quanto ao tempo, trata-se de uma variável imprescindível, visto que se constituem de formas distintas ao longo da história humana, analisando os acontecimentos históricos e os episódios cotidianos da vida. O contexto considera tanto a relação direta da pessoa com os seus meios de interação, como a escola, a família e os amigos, quanto a inter-relação desses meios entre si, como a relação escola-família ou família-comunidade, por exemplo (Dadalto; Rosa, 2015).

Diante disso, segundo Marasca e colaboradores (2023), o ambiente familiar, entendido como um microsistema ao qual o sujeito pertence, desempenha um papel essencial na estimulação desenvolvimental de curto e longo prazo, principalmente nos primeiros anos de vida, pois o tempo, com qualidade, ofertado aos pequenos proporciona a essas experiências adequadas para seu desenvolvimento cognitivo e psicomotor. Os seus responsáveis devem servir de modelo para a criança, assim como as demais pessoas próximas a ela.

Consoante a isso, Zago, dentre outros, (2017), aponta o desenvolvimento infantil como um processo ininterrupto de aquisições e transformações nos diversificados domínios humanos, tais como o cognitivo, o psicossocial, e o motor. Para o autor, os fenômenos intrínsecos se unem aos fenômenos externos que circundam a vida do sujeito.

Aos fatores intrínsecos, entende-se como as características inerentes à herança genética do indivíduo, juntamente com aspectos biológicos como idade gestacional, potenciais deficiências físicas, abrangendo, ainda, os eventos ocorridos antes, durante e após o nascimento. Esses fenômenos estão associados aos elementos externos do sujeito, que são caracterizados pelo contexto em que a criança

vive, englobando nível socioeconômico familiar, rotinas familiares e a disposição de recursos que propiciam o desenvolvimento infantil (Zago *et al.*, 2017).

Ao abordar o desenvolvimento infanto-juvenil, faz-se necessário ter um olhar mais particular sobre a fase da adolescência. Cassiani e demais autores (2022) abordam em seus achados que os adolescentes são afetados por questões que, em sua grande maioria, são negligenciados cuidados a estes, visto que há uma visão que os considera um grupo etário significativamente saudável.

O universo adolescente é repleto de novas mudanças, sejam elas físicas, hormonais e até o surgimento de novas habilidades cognitivas ou emocionais, além do desenvolvimento da sexualidade, importante aspecto dessa fase de descobertas. Diante disso, alguns fenômenos singulares a essa fase devem ser considerados, como o *bullying* e *cyberbullying*, autolesão ou problemas comportamentais como abuso de álcool e outras drogas, além das relações sexuais sem proteção adequada e de forma precoce (Cassiani *et al.*, 2022).

Cassiani e colaboradores (2022) defendem que o *bullying* e o *cyberbullying* possuem uma alta prevalência entre os adolescentes, trazendo riscos à sua saúde física e emocional. As vítimas possuem maior tendência a produzirem comportamento de isolamento, sintomas depressivos, além das ideações e tentativas suicidas. Nessa perspectiva, os autores alertam para a predominância das mais diversificadas formas de violência contra esse grupo, no qual, na maioria das vezes, há um silenciamento das vítimas e uma certa invisibilidade sobre tais práticas abusivas.

Experiências Adversas na Infância

As Experiências Adversas na Infância (EAI) podem ser entendidas como fontes de estresse que requerem adaptações fisiológica e psicossocial, em sua grande maioria, de forma precoce para crianças e adolescentes, impactando em seu bem-estar e sua saúde, no qual tais desdobramentos, diante dos estressores, acompanham o sujeito até a vida adulta (Andrade; Avanci; Oliveira, 2022).

Segundo Stochero e demais autores (2021), os prejuízos no desenvolvimento humano são proporcionais ao número de experiências adversas que o sujeito vivencia, ou seja, quanto maior a presença de violência doméstica, constante exposição ao abuso de álcool e drogas pelos pais e até a morte dos genitores, maior serão os riscos desenvolvimentais. Nessa perspectiva, entende-se que as EAI não se caracterizam apenas por atos e omissões dirigidos à criança, mas a todo um contexto ao qual ela se insere.

Pode-se observar os impactos da prevalência das experiências adversativas na própria infância, quando as crianças apresentam distúrbios do sono ou atrasos no desenvolvimento cognitivo, assim como nos adolescentes, que costumam se envolver em situações de violência, consumo desenfreado de álcool e outras drogas, sendo importante destacar o início da vida sexual de forma precoce (Stochero *et al.*, 2021).

Cumprе salientar que a vida acadêmica é uma das áreas de vida do sujeito que mais apresenta indicativos de adversidades vivenciadas por estes, sendo possível identificar tais fenômenos a partir da análise dos comportamentos apresentados, como as dificuldades adaptativas, condutas agressivas, baixo interesse escolar, dentre outros comportamentos que, muitas vezes, podem chegar à própria evasão escolar (Stochero *et al.*, 2021).

Consequentemente, uma vez que se entende a proporção de experiências adversativas acumuladas interligadas aos prejuízos desenvolvimentais e riscos à saúde mental, Pinto, Alves e Maia (2015), em seus estudos, abordam a relação significativa do risco desenvolvimental de transtornos psíquicos, como a depressão e as tentativas suicidas, com as EAI. Constatou-se que adultos possuem maiores chances de ideações suicidas quando vivenciam na infância tais adversidades, como o divórcio parental e abuso na infância.

Saúde Mental de Crianças e Adolescentes

A saúde mental infanto-juvenil brasileira, segundo os estudos de Martins, Cervelino e Cid (2022), foi constituída no viés de exclusão e institucionalização, além

das constantes violações de direitos e privação de liberdade. Somente com os movimentos da Reforma Psiquiátrica, juntamente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que se passou a reconhecer crianças e adolescentes enquanto cidadãos de direito e com lugar de fala na sociedade, possibilitando novas formas de cuidado em saúde mental para estes.

Nesse contexto, a saúde mental infanto-juvenil pode ser definida enquanto multifatorial. Fernandes e associados (2022) propõem que:

A saúde mental infantojuvenil é dinâmica e resultado da relação complexa entre os recursos e habilidades pessoais, fatores contextuais e determinantes sociais, que, na dimensão do cotidiano, estão diretamente implicados nas possibilidades de participação, fruição, reconhecimento e enfrentamento de desafios. Dentre outras, envolve-se a possibilidade de experienciar prazer, frustração, afeto, motivação e proatividade implicados nas descobertas e aprendizados genuínos da infância e adolescência (Fernandes *et al*, 2022, p. 6).

Para a promoção do bem-estar psicológico, Fernandes e colaboradores (2023) exploraram os fatores que contribuem e os que afetam diretamente a saúde mental, destacando que as características pessoais, as crenças do próprio sujeito e o contexto onde vivem podem impactar tanto de forma positiva quanto negativa. Isto é, tudo depende da forma como essas relações são constituídas, se há afeto e proteção e, principalmente, se há uma constante exposição a eventos estressores.

Dessa forma, ao analisar com mais acuidade os fatores de risco, pode-se destacar a violência, seja ela física ou psicológica, como uma das mais determinantes no desenvolvimento infantil. A negligência e hábitos familiares, além dos eventos estressores nos mais diversificados ambientes sociais e familiares, também corroboram para prejuízos significativos no bem-estar psíquico dos sujeitos (Fernandes *et al*, 2023).

Vale salientar que os contextos de vulnerabilidade devem ser integrados na perspectiva de saúde mental, uma vez que as condições socioeconômicas adversas contribuem para o sofrimento psíquico, na medida em que é impossibilitada ao sujeito a inserção e posse de direitos básicos e fundamentais para viver, como a moradia, alimentação e a educação (Martins; Cervelino; Cid, 2022).

Para Lima e colaboradores (2023), a exposição à violência pode desencadear algumas mudanças comportamentais significativas no sujeito, além de corroborar para o surgimento dos Transtornos Mentais Comuns, que carregam essa nomenclatura pela sua grande prevalência social e caracterização de sintomas depressivos, ansiogênicos e somáticos. Segundo as autoras, experienciar violência não se restringe apenas ao sofrimento de forma direta, mas na própria concepção de ouvir ou ver as agressões entre seus responsáveis, viabilizando um comprometimento da saúde mental.

No público adolescente, é comum encontrar, para aqueles que vivenciaram violência, comportamentos autolesivos e ideias suicidas, tristeza profunda que impacta em seu rendimento escolar e relações sociais. É bastante comum que tais experiências transformem-se em modelos de reprodução comportamental, ou seja, os adolescentes podem reproduzir esses comportamentos violentos para com os seus pares nos mais diversificados ambientes (Lima *et al.*, 2023).

Lima e colaboradores (2023) evidenciaram em seus achados que, aqueles que vivenciaram a violência sexual e psicológica foram suscetíveis a desenvolverem transtornos mentais como depressão, ansiedade transtornos comportamentais, transtorno de estresse pós-traumático, bem como ideações e comportamentos suicidas.

Portanto, experienciar e/ou presenciar violência em ambiente doméstico pode acertar em agravos mentais e bem-estar psicossocial do sujeito, desenvolvendo e/ou potencializando sofrimentos psíquicos e psicopatológicos no grupo infanto-juvenil, podendo suas complicações perpetuar-se até a vida adulta (Lima *et al.*, 2023).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da violência doméstica contra crianças e adolescentes desempenha prejuízos significativos ao processo desenvolvimental desses sujeitos, que afeta não apenas a saúde física, mas também o bem-estar emocional, segundo apontam os estudos analisados neste trabalho. Destaca-se que, embora a família tenha a função

protetiva e de cuidado dentro do lar, denota-se que grande parte da violência vivenciada pelo público infanto-juvenil ocorre dentro do ambiente familiar.

Constatou-se que a violência é frequentemente justificada enquanto mecanismo disciplinar, destacando-se 4 modalidades nos estudos abordados, sendo estas: a física, psicológica, sexual e a de negligência, as quais perpetuam ciclos prejudiciais, muita vezes invisíveis ao senso comum, mas que deixam marcas significativas nas vítimas.

Em relação às mudanças comportamentais, que indicam possíveis situações de risco de violência, é possível observar distúrbios de sono em crianças e atrasos no desenvolvimento cognitivo, além de comportamentos de risco entre adolescentes, como o uso excessivo de álcool, ideações suicidas e iniciação sexual precoce. Esses fatores, associados a um rendimento ruim, academicamente, denotam a urgência de intervenções para promoção da segurança e saúde mental desses sujeitos.

Portanto, esta pesquisa apresentou resultados satisfatórios, na medida em que respondeu à pergunta norteadora e cumpriu com seus objetivos. A análise dos resultados reforça a importância da temática enquanto questão de saúde pública, validando a hipótese inicial e possibilitando mais conhecimentos para discussões futuras sobre a temática abordada, contribuindo para a capacitação dos profissionais que atuam cotidianamente com o público alvo dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, C. R. DE; AVANCI, J. Q.; OLIVEIRA, R. DE V. C. DE. Experiências adversas na infância, características sociodemográficas e sintomas de depressão em adolescentes de um município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, n. 6, p. e00269921, 2022.

BARCELLOS, T. M. T.; GÓES, F. G. B.; SILVA, A. C. S. S.; SOUZA, A. N.; CAMILO, L. A.; GOULART, M. de C. L. Violência contra crianças: descrição dos casos em município da baixada litorânea do Rio de Janeiro. *Escola Anna Nery*, v. 25, n. 4, p. e20200485, 2021.

Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente [Internet]. Brasília, DF: Diário Oficial da União; 13 jul. 1990 [acesso 10 abril 2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

CASSIANI, S. H. D. B.; DIAS, B. M.; BELTRAN, M. P. B.; GUALDRÓN, L. M. V.; PÉREZ, T. R.; AGUILAR, G. M. V.; PONCE, R. A. L.; VALDIVIA, A. R. C. Conceitos e temas relacionados à saúde do adolescente na formação em enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 30, n. spe, p. e3652, 2022.

DADALTO, Elaine Cristina Vargas; ROSA, Edinete Maria. Vivências e expectativas de mães com recém-nascidos pré-termo internados em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 15, n. 3, p. 814-834, 2015.

FERNANDES, A. D. S. A.; TÁNO, B. L.; CID, M. F. B.; MATSUKURA, T. S. A saúde mental infantojuvenil na atenção básica à saúde: da concepção às perspectivas para o cuidado. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 30, p. e3102, 2022.

FERNANDES, A. D. S. A.; GINI, C. C.; SPERANZA, M.; GASPARINI, D. A. A saúde mental das crianças durante a pandemia da COVID-19: uma perspectiva de professores de uma Unidade de Educação Infantil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 31, p. e3548, 2023.

JAMPERSA, L.; PAISCA, A. B.; DE ARAÚJO, C. M.; DE ATHAYDE MASSI, G. A. A. Evolução e desfecho de casos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: enfoque fonoaudiológico. *Distúrbios da Comunicação*, v. 35, n. 2, p. e60615-e60615, 2023.

LEVANDOWSKI, M. L.; STAHNKE, D. N.; MUNHOZ, T. N.; HOHENDORFF, J. V.; SALVADOR-SILVA, R. Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 1, p. e00140020, 2021.

LIMA, C. C. O. DE J.; MARTINS, R. D.; GOMES, N. P.; SILVA, K. K. A. da.; SANTOS, J. D. F. L.; MONTEIRO, D. da S.; CRUZ, M. A. da. Associação entre a violência intrafamiliar experienciada e transtorno mental comum em adolescentes. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 36, p. eAPE02391, 2023.

MARASCA, A. R.; MALLMANN, M. Y.; SILVA, M. A. D.; FLORIANO, M. C. C.; FRIZZO, G. B.; BANDEIRA, D. R..O papel da frequência a instituições de educação infantil e de variáveis do ambiente doméstico no desenvolvimento da criança de zero a seis anos. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 41, n. 1, 2023.

MARTINS, B. M.; CERVELINO, P. M.; CID, M. F. B. "O que favorece e o que prejudica a minha saúde mental?" – o olhar de crianças que frequentam um projeto de contraturno escolar. *Pro-Posições*, v. 33, p. e20200010, 2022.

PEDROSO, M. R. DE O.; LEITE, F. M. C. Violência recorrente contra crianças: análise dos casos notificados entre 2011 e 2018 no Estado do Espírito Santo. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 30, n. 3, p. e2020809, 2021.

PINTO JUNIOR, A. A.; CASSEPP-BORGES, V.; SANTOS, J. G. DOS. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 23, n. 2, p. 124–131, abr. 2015.

PINTO, V. C. P.; ALVES, J. F. C.; MAIA, Â. C. Adversidade na infância prediz sintomas depressivos e tentativas de suicídio em mulheres adultas portuguesas. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 32, n. 4, p. 617–625, out. 2015.

SILVA, D. P. A. DA.; RIBEIRO, M. R. C.; BRANCO, M. D. R. F. C.; MARQUES, M. T. S.; ALMEIDA, J. D. S.; GOMES, J. A.; SILVA, A. A. M. D. Óbitos, crimes e violências não tipificadas como crimes contra crianças e adolescentes no Maranhão, Brasil, 2014 a 2020. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 2, p. 421–435, fev. 2023.

STOCHERO, L.; MORAES, C. L.; MARQUES, E. S.; SANTOS, E. B. D.; PACHECO, D. L., REICHENHEIM, M. E.; TAQUETTE, S. R. Prevalência e coocorrência de Experiências Adversas na Infância: um inquérito de base escolar no município do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 9, p. 4115–4127, set. 2021.

TORQUATO, I. M. B.; VAZ, E. M. C.; SOUZA, M. H. D. N.; COLLET, N.; REICHERT, A. P. D. S. Percepção materna acerca da efetividade de intervenções educativas para estimulação de crianças de risco desenvolvimental. *Enferm. foco* (Brasília), p. 1-7, 2022.

VERÍSSIMO, Maria De La Ó. Ramallo. Necessidades essenciais das crianças para o desenvolvimento: referencial para o cuidado em saúde. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 51, 2018.

ZAGO, J. T. DE C.; PINTO, P. A. F.; LEITE, H. R.; SANTOS, J. N.; MORAIS, R. L. D. S. Associação entre o desenvolvimento neuropsicomotor e fatores de risco biológico e ambientais em crianças na primeira infância. *Revista CEFAC*, v. 19, n. 3, p. 320–329, maio 2017.